

1. a) Qual o seu planejamento para a melhoria e a manutenção dos mais de 3 mil quilômetros de estradas do interior?

Serão implantadas pelo menos cinco **Patrulhas Rurais** com capacidade de serem itinerantes nos distritos. Serão formadas por grupos encarregados dos trabalhos de recuperação das estradas e pontes do interior com trabalho itinerante dentro de uma área distrital. O capataz terá a função de conhecer os problemas de sua região, estabelecer prioridades e repassá-las ao gestor público, para a programação das recuperações necessárias.

b) Qual a origem dos recursos para colocar o seu planejamento em prática?

Recebemos a garantia do deputado federal José Otávio Germano de que encaminhará cinco emendas parlamentares no valor de 1 milhão de reais cada uma, para equipar e estruturar as cinco patrulhas rurais que propomos, com recursos oriundos dos Ministério de Infraestrutura, Ministério da Integração Nacional e Ministério da Agricultura.

c) Qual da data em que toda a malha viária do interior do município estará com a manutenção adequada?

O capataz de cada patrulha rural irá realizar uma gestão democrática por meio da participação da população rural e de associações representativas dos vários segmentos na formulação, execução e acompanhamento dos trabalhos a realizar, com programas e projetos planejados em parceria com sua comunidade rural. Agindo assim, as comunidades irão priorizar suas necessidades ao curso dos quatro anos de governo.

2. O senhor é favorável à implantação do Estacionamento Rotativo?

a) Qual o modelo será implantado, Pago ou não Pago?

- ESTACIONAMENTO ROTATIVO GRATUITO.

b) Qual o prazo para estar em funcionamento?

- A medida será experimental já nos primeiros meses de governo, fazendo valer a estrutura do estacionamento regulamentado que está inoperante. A avaliação será em conjunto com a comunidade.

3. a) O senhor acha importante a implantação do Programa de Qualidade na Prefeitura Municipal?

- Sim. Há necessidade da reorganização do município em seus mais diversos aspectos, e este alvo será uma meta de gestão, um objetivo constante a ser perseguido. Teremos uma administração com menos burocracia, com uma gestão mais moderna, mais parceira e responsável com cada centavo do dinheiro público,

que é obrigação de gestor. Por isso, entendemos importante a implantação de programa de qualidade, visando a qualificação dos servidores com melhores serviços ao cidadão.

b) Implantará todos os indicadores (Controle Interno, Pessoas, Financeiro, Contábil e Patrimônio)?

Vamos trabalhar para fazer mais, com menos. O choque de gestão sempre será nossa bandeira, e vamos trabalhar para que ações eficazes se concretizem.

4. O senhor irá implantar o videomonitoramento em Cachoeira do Sul?

a) Qual será a localização das câmeras?

- Nos principais eixos viários do município, na zona urbana e interior. Mas as entidades representativas de classe, sejam da cidade ou zona rural, serão chamadas para decidir os principais pontos a receberem o sistema.

b) Qual será a origem dos recursos deste investimento?

- Através da parceria com o deputado José Otavio Germano, buscaremos recursos no Fundo Nacional de Segurança.

c) Qual o prazo de início de funcionamento?

- Será um dos primeiros projetos que encaminharemos ao Governo Federal, buscando os recursos necessários para implantação do sistema.

5. O senhor irá implantar a Guarda Municipal armada?

- NÃO. A atual legislação aceita a criação de guarda municipal armada para a proteção de bens públicos.

O que nós queremos é proteção total à comunidade da cidade e interior.

Então, iremos propor convênio com o Governo do Estado, onde iremos pagar **horas extras à Brigada Militar**, para termos maior volume de policiamento ostensivo e contínuo.

a) Qual o prazo da entrada em funcionamento?

- BM Hora Extra - Será uma ação imediata de nosso governo.

b) Qual a origem dos recursos para esta implantação?

- Iremos rever todos os contratos de serviços terceirizados que atualmente a prefeitura possui. Faremos uma reengenharia financeira, para que se possam atender as demandas mais urgentes, como é a segurança pública. **Se necessário, corte de CCs.**

6. No seu plano de governo está contemplada a abertura da UPA? SIM!

a) Qual a origem dos recursos?

- Já temos a garantia pessoal do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, de que encontrará uma solução viável para nosso problema.

b) Qual o prazo que estará em funcionamento?

- Todas as principais demandas do município são urgentes. Segurança, economia, Saúde, etc. Para alcançar tantos objetivos prioritários, uma de nossas primeiras providências será a implantação de um departamento técnico de projetos, que trabalhará em harmonia com o gabinete do deputado José Otávio, para a busca constante dos recursos que precisaremos para todos os segmentos, inclusive à operacionalização da UPA.

7. Sabemos que o camelódromo é uma alternativa para o empreendedor em dificuldades financeiras iniciar seu empreendimento. Entendemos também que o objetivo do mesmo é proporcionar de forma temporária esta instalação ao empreendedor.

a) O que o senhor fará para colocar a regulamentação do camelódromo em prática, ou seja, destinar as vagas a quem realmente precisa?

- Cachoeira possui centenas de grandes problemas a serem enfrentados. O camelódromo existe e vamos melhorar à estrutura do local, reorganizar, FISCALIZAR e fazer cumprir a legislação vigente.

b) O que o senhor fará para coibir a venda de produtos proibidos no camelódromo (medicamento, óculos, eletrônicos falsificados, cigarros, CD's, etc...)?

- Fiscalização.

8. O senhor se compromete em revisar o atual Plano Diretor (datado de 1983)?

- SIM, já era para ter sido revisado até o ano de 2011.

a) Qual a data que se compromete em publicar do novo plano diretor?

- Há necessidade da reorganização urgente do município em seus mais diversos aspectos, e este alvo será uma meta de gestão, um objetivo constante a ser perseguido. Uma cidade com Plano Diretor desatualizado, sem Plano de Mobilidade Urbana, sem Plano de Resíduos Sólidos, sem controle e fiscalização dos contratos públicos fica parada no tempo e não progride. Portanto, sim, é uma de nossas metas imediatas, desenvolver trabalho com técnicos para definir um novo plano diretor, moderno e atualizado.

9. O fortalecimento da indústria é primordial para o desenvolvimento social e econômico do município.

a) Qual o seu planejamento com relação ao fortalecimento de nossas indústrias locais e para futuras indústrias que queiram se instalar em nossa cidade?

- Precisaremos detectar as causas do fato de Cachoeira do Sul ter sido um dos expoentes da economia gaúcha no século XIX e ter entrado em um processo de queda e estagnação econômica a partir da década de 1970. Este processo de

estagnação não foi possível reverter nem mesmo com investimentos feitos através do Projeto de Industrialização – entre 2005-2008 com investimento de R\$ 88 milhões e previsão de gerar 1476 postos de trabalho, efetivamente, gerou picos de contratação, aumentou a arrecadação e o retorno de ICMS ao município, mas não manteve um padrão que possa ser considerado de desenvolvimento.

Agora, teremos que fazer, com urgência, uma avaliação de políticas públicas que consistirá no exame sistemático de certos objetos da economia, baseado em processo científico de coleta e análise de informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado e/ou impactos de políticas, programas, projetos ou qualquer intervenção planejada da realidade atual.

Para realizar o trabalho técnico, **vamos criar a Secretaria Municipal de Emprego, Desenvolvimento econômico e renda.** Através dela, iremos estimular o empreendedorismo e fomento ao crescimento industrial.

b) Como pretende encaminhar a implantação do Distrito Industrial?

Vamos implantar uma política orientada para crescimento econômico e desenvolvimento social de Cachoeira. Uma questão que faz parte do senso comum da sociedade local é de que a atração de empresas é a solução para os problemas da estagnação econômica de Cachoeira do Sul.

Pois com estudos técnicos, teremos subsídios para implementar políticas públicas para o desenvolvimento econômico municipal, sabendo exatamente se este tipo de ação trouxe ou não impacto para o desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul.

Pela Teoria do Desenvolvimento Econômico, regiões que possuem produtos primários com potencial exportador podem alcançar bons resultados econômicos. Para que isto aconteça criam novos elos na cadeia produtiva através da especialização e divisão de tarefas o que é representado pelo surgimento de novas empresas.

Por isso, entendemos que a região deve passar por um processo de reconversão produtiva, com diminuição de sua dependência da soja e do arroz, buscando diversificar o segmento agropecuário através de produtos primários que permitam o desenvolvimento de novos elos na cadeia produtiva. E, a partir daí, desenvolver um programa de incentivo à implantação de novas indústrias, e ao crescimento das já existentes. Assim, com a demanda, poderemos definir a implantação de novos distritos industriais.

c) Qual o prazo para o início deste trabalho?

Imediatamente, após a posse como prefeito, encaminharemos à Câmara de Vereadores, projeto substituindo a Secretaria de Indústria e Comércio, pela Secretaria Municipal de Emprego, Desenvolvimento econômico e renda, e darmos início aos trabalhos técnicos necessários para o crescimento econômico do município.

10. Seu governo já tem Planejamento Orçamentário para o Município?

Em caso positivo, poderia nos demonstrar (destacando as fontes de recursos)?

- É através do orçamento municipal que as prioridades escolhidas pelos cidadãos no momento do voto são transformadas em ações concretas da prefeitura na prestação dos serviços essenciais à população cachoeirense. São elaboradas metas que são perseguidas insistentemente pela administração municipal para que tenhamos uma cidade cada vez melhor.

No entanto, no primeiro ano de governo, o orçamento municipal o orçamento municipal já estará aprovado, conforme as previsões e projeções do atual governo.

Como o orçamento é dividido em três peças de planejamento: o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), neles estarão contidas as previsões de receita e fixação das despesas com cada uma das atividades do governo.

Sempre comprometidas com a ética e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Como se tratam de leis municipais, todo o planejamento orçamentário deve ser encaminhado para a aprovação da câmara de vereadores.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebeu novas atribuições e tornou-se um instrumento fundamental no processo de planejamento fiscal.

A LDO é elaborada anualmente pelo Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo que, após a aprovação, a devolve ao Executivo para sanção.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Lei de Orçamento Anual detalha a aplicação dos recursos do município em obras e ações para o exercício seguinte. Ela é elaborada com base nas diretrizes anteriormente apontadas pelo Plano Plurianual (PPA) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ambos definidos pelo executivo, a partir de discussões com a comunidade. Antes de ser sancionada a lei, a proposta orçamentária é analisada pelos vereadores que podem apresentar emendas ao projeto, de acordo com critérios estabelecidos pela LDO.

PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual é realizado a cada quatro anos e contém metas a serem atingidas por determinada gestão de governo - incluindo projetos, financiamentos, incentivos fiscais, normas, entre outros. O PPA tem uma visão a médio prazo do

planejamento público, visando a solução de um problema e gerando ações para combatê-lo, atendendo, assim, à demanda da sociedade.

Resumindo, a gestão de recursos públicos, considerando as finalidades do Município, exige o estudo prévio sobre o montante da receita e da despesa necessárias à execução do plano de ação governamental. Em linhas gerais, o orçamento municipal serve para estabelecer o planejamento do Município em curto prazo (exercício financeiro – 1º de janeiro a 31 de dezembro) e médio prazo (Plano Plurianual – 4 anos), discriminando as ações, projetos e atividades que a Administração pretende realizar com o dinheiro público.

Mas a prefeitura dispõe de várias fontes de receitas, mas, na maioria dos casos, as transferências constitucionais respondem pela maior fatia do orçamento. São elas:

Tributárias

- I. Impostos (IPTU, ITR, ITBI e ISS)
- II. Taxas (sobre serviços públicos)
- III. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas

Transferências constitucionais

O município participa da arrecadação dos seguintes tributos:

- I. Estado — 25% do ICMS, 50% do IPVA e 25% do IPI que o estado receber
- II. União — 50% do ITR, 22,5% do IR e 22,5% do IPI, todos por meio do FPM, repassados em cotas calculadas pelo Tribunal de Contas da União com base em indicadores como população.

Patrimonial

Pela exploração econômica do patrimônio público do município (bens móveis e imóveis), mediante aplicações financeiras, venda de bens móveis e imóveis, aluguéis.

De serviços

Com a cobrança de tarifas sobre o transporte coletivo, mercados, feiras, matadouros, cemitérios etc.

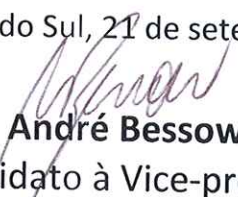
Outras receitas

Decorrentes de multas e outras penalidades administrativas (códigos de posturas, obras e outros regulamentos municipais, a atualização monetária e a cobrança da dívida ativa).

Atenciosamente,


Leandro Balardin,
Candidato à Prefeito.

Cachoeira do Sul, 21 de setembro de 2016.


André Bessow,
Candidato à Vice-prefeito.